

## **AÇÕES EXTENSIONISTAS DA CLÍNICA INTERMIGRA: REFLEXÕES SOBRE A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES**

ROSIMÉRI NUNES BORGES<sup>1</sup>; MARIA EDUARDA ROJA LANG <sup>2</sup>; ANA CAROLINA GIUDICE BEBER<sup>3</sup>; ANELIZE MAXIMILA CORRÊA<sup>4</sup>; BRUNA SPIER<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [rosimerinunesborges@gmail.com](mailto:rosimerinunesborges@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [rojalangufpel@gmail.com](mailto:rojalangufpel@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – [annacgiudice@gmail.com](mailto:annacgiudice@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – [anelizedip@gmail.com](mailto:anelizedip@gmail.com)

<sup>5</sup> FMP - Fundação Escola Superior do Ministério Público – [brunaspier86@gmail.com](mailto:brunaspier86@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

A crescente mobilidade humana contemporânea, intensificada por crises políticas, econômicas e ambientais, tem dado visibilidade a um processo migratório marcado por desigualdades estruturais. Nesse contexto, a intersecção entre gênero e migração emerge como um campo de análise necessário e potente, especialmente ao se reconhecer que migrar não é uma experiência neutra ao gênero. Associado à raça, classe, nacionalidade, orientação sexual e outros marcadores sociais, o gênero define profundamente as trajetórias e os desafios enfrentados por pessoas migrantes.

Na literatura contemporânea evidencia-se que a chamada “feminização das migrações” não apenas altera o perfil dos fluxos migratórios, mas exige uma revisão crítica das abordagens tradicionalmente masculinizadas sobre o tema (ALENCAR-RODRIGUES et al., 2009). A experiência migratória de mulheres, sobretudo mães, refugiadas, negras, indígenas, trans e trabalhadoras informais, é atravessada por camadas múltiplas de opressão e resistência. Ainda, a interseccionalidade, conforme proposto por Crenshaw (1989), permite compreender como essas categorias se entrelaçam e se potencializam na vivência cotidiana dessas mulheres.

Desse modo, Silva (2022) argumenta que os estudos decoloniais oferecem um referencial teórico potente ao analisar a colonialidade de poder que estrutura as relações entre nações, corpos e saberes, o que se reflete no modo como migrantes, especialmente os vindos do “Sul Global” (conhecidos como países periféricos), são tratados nos países de destino. No campo da saúde, educação, trabalho e acesso a direitos, mulheres migrantes enfrentam barreiras institucionais e simbólicas que reforçam sua condição de subalternidade (CABIESES et al., 2024).

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

A metodologia adotada consistiu, inicialmente, em uma análise documental, a fim de compreender o fenômeno por meio da literatura. Com essa análise, observa-se o cenário do projeto Clínica Intermigra UFPEL. A Clínica, como projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito, atua na defesa e promoção dos Direitos Humanos de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Desse modo, ao organizar o ensino e a pesquisa, a Clínica adota, como metodologia extensionista, atendimentos práticos e estudos de casos, promovendo uma aproximação interativa com o público-alvo. No presente estudo, delimita-se o foco aos casos que envolvem

mulheres migrantes, reconhecendo suas vivências, dificuldades e aspectos necessários para a compreensão do fenômeno migratório. Assim, utilizam-se essas experiências como base para a elaboração de estratégias de acolhimento, defesa de direitos e enfrentamento das desigualdades.

A prática extensionista possibilita identificar múltiplas dimensões que atravessam a vida dessas mulheres, desde dificuldades de regularização documental até barreiras linguísticas e culturais que dificultam o acesso a serviços públicos essenciais, sobretudo devido à desigualdade de gênero. Muitas vezes, a falta de informação ou a ausência de tradução adequada em repartições públicas transforma burocracias simples em obstáculos insuperáveis, reforçando a vulnerabilidade.

Além disso, a experiência na Clínica evidencia que os direitos formalmente garantidos pela legislação brasileira e por tratados internacionais, como proteção contra violência de gênero e doméstica, trabalho digno, proteção da maternidade, saúde e educação, nem sempre chegam às mulheres migrantes. Um exemplo noticiado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, envolveu uma haitiana separada da filha de 12 anos, que permanece no Haiti em situação de vulnerabilidade. Embora exista portaria do Ministério da Justiça que facilita a reunião familiar de haitianos, a burocracia e a falta de estrutura na embaixada brasileira dificultam a análise de vistos, atrasando o processo. Esse caso ilustra os obstáculos concretos enfrentados pelas mulheres migrantes: separação familiar, falta de apoio institucional, dificuldade no acesso a direitos básicos e impacto emocional da distância dos filhos.

Na prática da Clínica, observa-se que a maioria do público atendido é composto por mulheres, muitas vezes mães, cujas principais demandas estão relacionadas ao cuidado com os filhos. Entre as situações mais recorrentes, destacam-se a busca por melhor acesso escolar, as dificuldades em relação à oferta de vagas em creches, bem como a ausência de pagamento da pensão alimentícia por parte dos pais, o que sobrecarrega essas mulheres, que assumem integralmente as responsabilidades financeiras e emocionais. Esse cenário é agravado pelo fato de estarem sozinhas, sem rede de apoio, em um país distinto do seu, enfrentando barreiras linguísticas e, sobretudo, desigualdades de gênero.

Ademais, para aquelas que são estudantes, as dificuldades tornam-se ainda maiores, uma vez que a ausência de apoio as impede de se dedicar plenamente aos estudos, comprometendo seu desempenho acadêmico, elemento essencial para garantir melhores condições de vida no futuro e oferecer mais estabilidade às suas famílias. Além disso, essa realidade impacta diretamente na inserção no mercado de trabalho, levando muitas dessas mulheres a aceitarem empregos diversos à sua profissão, justamente pela impossibilidade de investir tempo e energia em sua formação.

A interseccionalidade permite compreender que essas barreiras não se explicam apenas pela condição migratória, mas pela sobreposição de fatores como gênero, raça, classe e nacionalidade, que estruturam exclusão e invisibilizam as mulheres migrantes como sujeitos de direitos. Portanto, a experiência prática da Clínica Intermigra UFPEL, como campo de observação, diálogo e construção coletiva de saberes, é essencial para que os estudantes reflitam não apenas sobre os conceitos de interseccionalidade e decolonialidade, mas também sobre a realidade concreta das mulheres migrantes atendidas, suas demandas e estratégias de resistência.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersecção entre gênero e migração, analisada por meio de estudos, revela um campo de profunda desigualdade, mas também de resistência e potência. As mulheres migrantes, por meio de seus relatos, demonstram que suas trajetórias são marcadas pela dor e pela luta, mas também pela criatividade, pela organização coletiva e por uma intensa mobilização pela dignidade e reconhecimento. Suas histórias nos convocam a enxergá-las como sujeitas políticas que constroem, diariamente, formas de existência e resistência frente ao racismo, à xenofobia, ao sexismo e à exclusão institucionalizada, conforme preceituam Chaves et al. (2025), Fogliatto (2022) e Dahleh et al. (2023).

Refletir criticamente sobre o papel do gênero na experiência migratória é essencial para a formação de profissionais do Direito comprometidos com a justiça social em um mundo globalizado, preparados para reconhecer e atuar diante das múltiplas camadas de desigualdade que se sobrepõem (sejam elas de classe, raça, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero). Essa formação crítica permite o deslocamento de um saber jurídico abstrato para um saber comprometido com as realidades concretas. A escuta ativa, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de transformação social, parte do próprio papel da universidade pública, cujo objetivo é contribuir para a sociedade.

É urgente incorporar esse debate na formulação e implementação de políticas públicas, nas práticas institucionais do sistema de justiça e nos currículos universitários. As universidades têm um papel estratégico na produção de saberes e práticas que não apenas denunciem, mas também enfrentem as estruturas de opressão que atravessam os corpos e vidas das mulheres migrantes. Para isso, é necessário reconhecer que a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta teórica, mas um princípio ético e metodológico que orienta a construção de respostas mais justas e eficazes.

Em tempos de intensificação dos fluxos migratórios, precarização das condições de vida e fortalecimento de discursos xenofóbicos, olhar para a migração com um recorte de gênero e interseccionalidade não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato político, ético e necessário. Trata-se de um compromisso com a construção de uma sociedade que valorize as diferenças sem hierarquizá-las, que reconheça os direitos dos sujeitos em movimento e que se comprometa com a cidadania plena, plural e efetivamente inclusiva.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALENCAR-RODRIGUES, R.; STREY, M. N.; ESPINOSA, L. C.** Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009.

**ANDRADE, C. B.** Migrações e mulheres: o que podemos aprender a partir da interseccionalidade? *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210473>. Acesso em: 24 jul. 2025.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.** Mulheres migrantes representam novo desafio para políticas públicas. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Mulheres-migrantes-representam-novo-desafio-para-politicas-publicas/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

**CABIESES, B. et al.** Intersections between gender approaches, migration and health in Latin America and the Caribbean. *The Lancet Regional Health – Americas*, v. 40, 2023.

**CHAVES, M. R. C. et al.** Gênero e vulnerabilidade entre mulheres migrantes em tempos de pandemia. *Saúde Coletiva*, v. 15, n. 92, p. 14091-14097, 2025.

**DAHLEH, S. M. et al.** Migração e interseccionalidade: desafios em pesquisas com mulheres migrantes e uso de tecnologias digitais. *Ação Midiática*, n. 26, jul./dez. 2023.

**FOGLIATTO, D.** Quando elas migram: interseccionalidade em pesquisa com mulheres migrantes. *Aedos*, v. 14, n. 31, p. 29-44, 2022.

**VEIGA SILVA, V.** Contribuições dos estudos de gênero e da decolonialidade para os debates sobre migrações internacionais. *GeoPantanal*, UFMS, n. 32, p. 103-116, 2022.